

SISTEMA
ELETRÔNICO
DE REVISTAS
SER | UFPRwww.ser.ufpr.br

O meio ambiente e sua (ir)relevância nas representações sociais do desenvolvimento de três cidades paulistas

The environment and its (ir)relevance in the social representations of the development of three cities in the State of São Paulo

Julio Cesar BELLINGIERI¹*¹ Centro Universitário Unifafibe, Bebedouro, SP, Brasil.* E-mail de contato: julio@asbyte.com.br

Artigo recebido em 2 de setembro de 2017, versão final aceita em 7 de fevereiro de 2018.

RESUMO: Este trabalho, efetuado por meio de levantamento, identificou a relevância do meio ambiente nas representações sociais de *cidade desenvolvida*, construídas pelos habitantes de três cidades do interior do Estado de São Paulo: Jaboticabal, Olímpia e Bebedouro. Este estudo qualitativo baseou-se na abordagem do núcleo central das representações sociais, apoiada na técnica da evocação livre de palavras (Abric, 2001), com uso do *software* EVOC 2000 (Vergès, 2002). Foram feitos dois tipos de análise: a lexicográfica, que revela o núcleo central e um sistema periférico das representações, com base nas palavras mais evocadas (as *palavras principais*), e a categorial, que agrupa em categorias todas as palavras evocadas. Foram entrevistadas amostras de 408 habitantes em cada cidade, estratificadas por sexo, idade, renda e escolaridade. Os resultados mostraram que uma *cidade desenvolvida* é representada essencialmente por uma dimensão econômica (simbolizada por emprego e indústrias/empresas), a qual coexiste com uma dimensão social (simbolizada por saúde e educação), o que faz emergir o paradigma do desenvolvimento humano (medido pelo IDH). O meio ambiente, base do paradigma do desenvolvimento sustentável, é irrelevante para representar uma cidade desenvolvida: nas três cidades, não há palavras relacionadas ao meio ambiente em nenhuma das *palavras principais*, e a dimensão ambiental é a mais *fraca* das sete categorias identificadas, com menos de 1% das evocações.

Palavras-chave: meio ambiente; desenvolvimento; desenvolvimento sustentável; representações sociais; cidades.

ABSTRACT: This study, conducted through a survey, identified the environment's relevance in the social representations of *developed city*, built by the inhabitants of three cities in the State of São Paulo: Jaboticabal, Olímpia and Bebedouro. The study is qualitative and based on the approach of the Central Core of social representations, supported in the technique of free evocation of words (Abric, 2001), using the EVOC 2000 software (Vergès, 2002). Two types of analysis have been made: the lexicographical, which reveals the Central Core and a

peripheral system of representations, from the most evocated words (the *main words*); and the categorical, which groups into categories all the words that are evocated. A sample of 408 people from each city have been interviewed, stratified by sex, age, income and schooling. The results point out that a *developed city* is represented essentially by an economic dimension (symbolized by employment and industries) coexisting with a social dimension (symbolized by health and education), causing the paradigm of human development (measured by HDI) to emerge. The environment, which is the base of the sustainable development paradigm, is irrelevant for the representation of a developed city: in the three cities, there were no words related to environment in none of the *main words*, and the environmental dimension is the *weakest* one between the seven categories identified, with less than 1% of evocations.

Keywords: environment; development; sustainable development; social representations; cities.

1. Introdução

Entre o final da década de 1960 e o início da de 1970, a exploração sem precedentes dos recursos naturais, a poluição, a explosão demográfica e outros fatores relacionados fizeram emergir a problemática ambiental, inserindo definitivamente o meio ambiente como mais um elemento a ser considerado no processo de desenvolvimento dos países. Segundo Sachs (2000), depois do entusiasmo pelo crescimento econômico das décadas de 1940 e 1950 e da descoberta das necessidades básicas nos anos 1960, a sobrevivência do planeta, a partir dos anos 1970, tornou-se o novo frenesi do desenvolvimento. Para Furtado (1974, p. 17), com o surgimento da temática ambiental, finalmente começaram a ser “trazidos para o primeiro plano da discussão problemas cruciais que os economistas do desenvolvimento econômico trataram sempre de deixar na sombra”.

Em 1973, foi criado o termo *ecodesenvolvimento*, que evoluiu, na década de 1980, para o conceito de desenvolvimento sustentável, também denominado por muitos de *sustentabilidade*. Segundo Van Bellen (2004, p. 67), esse “conceito alcançou um destaque inusitado a partir da década de 1990,

tornando-se um dos termos mais utilizados para se definir um novo modelo de desenvolvimento”. Sachs (2008) afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável foi sendo refinado, incorporando outras dimensões, além de sua dimensão-base (a ambiental), e está atualmente baseado em cinco pilares: ambiental, social, territorial, econômico e político.

Na escala local, isto é, no âmbito das cidades, é possível afirmar que o meio ambiente é um dos elementos que definem e caracterizam uma cidade desenvolvida? Na visão dos habitantes locais, ser uma cidade desenvolvida significa ser (também) uma cidade ambientalmente sustentável? Em suma, o meio ambiente faz parte das representações sociais de cidade desenvolvida?

Os objetivos deste trabalho são identificar as representações sociais de *cidade desenvolvida* construídas pelos habitantes de três cidades paulistas e verificar se essas representações contemplam (e com qual relevância) o meio ambiente, base do paradigma do desenvolvimento sustentável. Não se trata de identificar como os habitantes representam o meio ambiente (ou a sustentabilidade), mas sim como representam uma *cidade desenvolvida*, que pode (ou não) incorporar o meio ambiente.

Este trabalho tem como objeto de estudo três cidades do interior do Estado de São Paulo – Jaboticabal, Olímpia e Bebedouro –, que têm vivido diferentes trajetórias econômicas no período recente e apresentam distintas condições ambientais (conforme exposto no decorrer deste estudo), as quais podem (ou não) levar a diferentes representações de *cidade desenvolvida* por parte de seus habitantes.

Em termos metodológicos, esta é uma pesquisa de caráter descritivo, efetuada por meio de levantamento e de abordagem qualitativa. A seção 2 descreve a evolução do conceito de desenvolvimento, dando ênfase ao paradigma do desenvolvimento sustentável. A seção 3 define a Teoria da Representação Social e faz uma revisão de estudos sobre representações do desenvolvimento e do meio ambiente, em escala local. A seção 4 descreve o método da pesquisa e caracteriza as cidades objetos de estudo. A seção 5 apresenta os resultados da pesquisa, que são interpretados na seção 6 (*Considerações finais*).

2. Evolução do conceito de desenvolvimento

O que é desenvolvimento? Conceito, paradigma, visão, utopia, mito, ideologia? Sinônimo de progresso, prosperidade, crescimento, industrialização, modernização, avanço tecnológico? Segundo Sachs (2008, p. 25), “sua multidimensionalidade e complexidade explicam o seu caráter fugidio”, e, “como seria de se esperar, o conceito tem evoluído durante os anos, incorporando experiências positivas e negativas, refletindo as mudanças nas configurações políticas e as modas intelectuais”.

Com sua origem assentada na noção de *progresso*, enraizada na civilização com o advento da *modernidade*, a partir da metade do século XVIII

(Sztompka, 2005), o atual conceito de desenvolvimento nasceu na década de 1940, “[...] como uma *idée-force* a orientar a reconstrução do pós-guerra e, logo em seguida, o processo de descolonização [...] para tornar-se, lado a lado com a preservação da paz, a pedra de toque da filosofia de ação das Nações Unidas” (Sachs, 2001, p. 163).

Alguns autores, como Esteva (2000) e Escobar (2007), consideram o discurso de posse do ex-presidente dos EUA Harry Truman, proferido em 20 de janeiro de 1949, a inauguração do desenvolvimento como conceito ideológico, no qual Truman fez referência a *áreas subdesenvolvidas*. A partir desse momento, três fatos importantes aconteceram: a) fundou-se a divisão do mundo entre países *desenvolvidos* e *subdesenvolvidos*; b) preconizou-se a “necessidade” de os países subdesenvolvidos almejarem o modelo de desenvolvimento dos países industrializados, para o que deveriam adotar políticas voltadas ao crescimento econômico e à industrialização; c) institucionalizou-se a busca do desenvolvimento, que seria efetivada com o auxílio de organismos internacionais (ONU, Banco Mundial, FMI etc.). Assim, o desenvolvimento era determinado pela industrialização e era sinônimo de crescimento econômico, medido por um indicador de atividade econômica: o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*.

No entanto, já a partir da década de 1960, houve uma guinada nos estudos sobre desenvolvimento, que passaram de uma abordagem centrada exclusivamente no padrão de vida, associado ao nível de consumo, para uma abordagem que enfatizava os indicadores sociais, levando também em conta o bem-estar da população (Vitte *et al.*, 2002). Assim, nas décadas de 1960 e 1970, já se pode considerar a existência de um conceito de desenvolvimento

social (ou socioeconômico), com ênfase na questão da pobreza.

Entretanto, foi a emergência da problemática ambiental, no final dos anos 1960 e início da década de 1970, a responsável pela primeira grande mudança no conceito de desenvolvimento. Em 1972, foi realizada a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Estocolmo (Suécia). O evento trouxe a proposta de *crescimento zero*, que pregava a estagnação voluntária do crescimento econômico como forma de atenuar as agressões contra o ambiente. Essa proposta foi rejeitada, principalmente pelos países não industrializados, que não queriam abrir mão de seu “direito” ao crescimento e ao acesso ao consumo¹.

Em 1973, Maurice Strong, diretor-executivo do United Nations Environment Program – UNEP (em português, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA), empregou pela primeira vez a expressão *ecodesenvolvimento*, definida pelo UNEP como o “desenvolvimento em níveis local e regional [...] consistentes com os potenciais da área envolvida, dando-se atenção ao uso adequado e racional dos recursos naturais e à aplicação de estilos tecnológicos” (Nobre & Amazonas, 2002, p. 35). No entanto, o conceito não teve boa aceitação, pois defendia a descentralização das decisões políticas e estava intrinsecamente ligado à ideia do não crescimento. Ser a favor do ecodesenvolvimento, da “preservação da natureza”, era

ser contra o crescimento, visto como gerador de bem-estar para as sociedades. Consequentemente, “[...] durante toda a década de 70, o ambientalismo foi visto como prejudicial à erradicação da pobreza” (Sachs, 2000, p. 120).

Porém, ao longo dos anos, foi ocorrendo uma transformação nas concepções de preservação ambiental, que culminou no abandono do conceito de ecodesenvolvimento e na emergência do conceito de desenvolvimento sustentável. Esse processo começou com a constituição, em 1983, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelo UNEP, que passou a ser chamada de *Comissão Brundtland*, chefiada pela ex-primeira-ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland.

Em 1987, a comissão publicou o relatório *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), também conhecido como Relatório Brundtland, no qual se consolidou o conceito de desenvolvimento sustentável. De acordo com o relatório,

[...] desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações futuras [...] é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1988, p. 46)

¹ Podemos encontrar raízes dessas ideias em John Stuart Mill, que se referiu ao *estado estacionário* (*stationary state*), situação em que a economia se reproduz sem crescimento. Para ele, “o melhor estado para a natureza humana é aquele em que, se por um lado ninguém é pobre, por outro lado ninguém deseja ser mais rico do que é, nem tem motivo algum para temer ser jogado para trás pelos esforços que outros fazem para avançar” (Mill, 1986, p. 327). Por isso, para Mill, o crescimento da produção deveria ser uma meta apenas dos países atrasados, enquanto nos mais avançados a preocupação seria sua melhor distribuição. Nos anos 2000, o princípio do *crescimento zero* para preservar a natureza foi retomado por Jackson (2009). Se durante a década de 1970 o autor focava os países pobres não industrializados, agora sugere o não crescimento dos países ricos industrializados, devido à finitude dos recursos naturais, e incorpora o conceito de bem-estar subjetivo (sob o argumento de que aumentos de renda não trazem, necessariamente, aumento da felicidade da população).

A concepção subjacente ao relatório é a de que as causas dos problemas ambientais eram, justamente, a pobreza e o subdesenvolvimento dos países. Segundo o relatório, a “pobreza reduz a capacidade das pessoas de usar recursos de uma maneira sustentável; ela intensifica a pressão sobre o ambiente [...]. Uma condição necessária, mas não suficiente para a erradicação da pobreza absoluta, é um crescimento relativamente rápido nas rendas *per capita* no Terceiro Mundo” (Sachs, 2000, p. 121)².

Assim, ao se promover o crescimento econômico, seria possível reduzir a pobreza, o que também reduziria os problemas ambientais. A noção de desenvolvimento sustentável surgiu, assim, defendendo mais crescimento, não para se alcançar maiores padrões de vida, mas para conter o desastre ambiental para as futuras gerações. Deixou-se, então, o caminho livre para “o casamento entre ‘meio ambiente’ e ‘desenvolvimento’” (Sachs, 2000, p. 121)³.

A institucionalização do desenvolvimento sustentável na agenda política internacional deu-se com a Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO-92), no Rio de Janeiro (Brasil), em 1992, e com a instituição da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável da ONU (CDS), em 1993.

Em 1996, a CDS publicou o *Indicators of Sustainable Development: Guidelines and Methodolo-*

gies, conhecido como *Livro azul*, que atualmente baseia o desenvolvimento sustentável em quatro dimensões: social, ambiental, econômica e institucional, englobando um conjunto de 50 indicadores essenciais e 46 indicadores acessórios (Department of Economic and Social Affairs, 2007).

Em fins da década de 1980, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da ONU, dedicava-se à criação de um indicador sintético que representasse o desenvolvimento. Em 1990, foi lançado o primeiro Relatório sobre o Desenvolvimento Humano do PNUD, o qual, inspirado nas contribuições teóricas de Sen (2000), defendeu que o crescimento da riqueza econômica não é a finalidade última do desenvolvimento, mas um meio para se ampliarem as capacidades dos indivíduos. Entre essas capacidades, estão ter um nível de vida decente, acesso à educação e uma vida longa e saudável (United Nations Development Programme, 1990).

No relatório sobre o Desenvolvimento Humano do PNUD, é lançado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado com base em três indicadores, relacionados à renda, à saúde e à educação. Esse índice se tornou uma das medidas de desenvolvimento mais aceitas, a qual é adaptada por muitos países para uso nacional, estadual e municipal, inaugurando e institucionalizando, assim, o paradigma do desenvolvimento humano.

² Uma crítica consistente a esse pensamento é feita por Alier (1997). Ao identificar a existência de um “ecologismo dos pobres”, o autor refuta a ideia da pobreza como causa da degradação ambiental. Para ele, o sistema de mercado generalizado não garante que a economia se encaixe na ecologia, uma vez que subvaloriza as necessidades futuras e não considera os prejuízos externos às transações mercantis. Por isso, as lutas sociais dos pobres (rurais ou urbanos) por acesso aos recursos naturais e para mantê-los fora da economia mercantil são, ao mesmo tempo, lutas pela conservação da natureza.

³ Diversos autores criticam o conceito de desenvolvimento sustentável, por entenderem que seu sentido é frágil, vago e inacabado. Layrargues (1997), por exemplo, afirma que o desenvolvimento sustentável não está preocupado em preservar o meio ambiente, mas sim em manter a lógica do livre mercado. Sachs (2000) e Escobar (2007) defendem que o conceito transformou a *natureza* em *meio ambiente*, tornando-a passiva e sem vida. Já para Nobre & Amazonas (2002), o conceito tem força justamente por sua imprecisão, ou seja, tornou-se aceito porque agregou posições teóricas e políticas contraditórias.

A partir dos anos 2000, inspirados em estudos que revelaram discrepâncias entre a riqueza material e a percepção de bem-estar da população, alguns autores, como Veenhoven (2000), têm defendido que indicadores objetivos não seriam suficientes para tratar de questões como a qualidade de vida de uma população. Esses autores propõem o uso de indicadores subjetivos (obtidos por meio das próprias declarações/percepções dos indivíduos) para medir o bem-estar e, por consequência, o desenvolvimento, o que levou à inauguração, assim, do paradigma do *desenvolvimento subjetivo*. Por exemplo, em 2005, o governo do Butão elaborou o índice para o Gross National Happiness (GNH), conceito criado em 1972 naquele país (Ura *et al.*, 2012). No Brasil, o GNH foi denominado Felicidade Interna Bruta (FIB).

Por fim, é importante ressaltar que o surgimento de novos conceitos de desenvolvimento não significa que os anteriores foram abandonados e substituídos. Pelo contrário, existe uma superposição deles, de modo a coexistirem distintos paradigmas de desenvolvimento.

3. A Teoria da Representação Social e as representações do desenvolvimento e do meio ambiente

As *representações sociais*⁴ significam um conjunto de explicações, afirmações, conceitos e conhecimentos que se originam na vida diária e são construídos coletivamente, manifestando-se e propagando-se por meio da linguagem (conversações

e meios de comunicação). Assim, pode-se dizer que as representações sociais são uma espécie de teoria do senso comum.

Segundo o criador do conceito, o psicólogo social Serge Moscovici (2003), as finalidades das representações sociais são tornar familiar algo não familiar, possibilitando que objetos, pessoas ou ideias sejam classificados e rotulados (o que chamou de processo de ancoragem), bem como transformar algo abstrato em concreto, transferindo o que está na mente para algo que exista no mundo físico (processo de objetivação). Assim, as representações sociais tornam a comunicação, dentro de um grupo, relativamente *não problemática* e reduzem o “vago”, por meio de certo grau de consenso entre seus membros.

Segundo Moscovici (2003, p. 41), as representações, uma vez criadas, adquirem vida própria, “circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem”. Conforme explica Minayo (2002, p. 110), “por serem ao mesmo tempo ilusórias, contraditórias e ‘verdadeiras’, as representações podem ser consideradas matéria-prima para a análise do social e também para a ação pedagógico-política de transformação”.

Uma das abordagens das representações sociais é a do núcleo central, de Jean-Claude Abric e Claude Flament, que dá maior importância aos processos cognitivos e à maneira como se organizam as representações. Segundo Abric (2001), os dois componentes de uma representação são: a) o núcleo central, a base comum e consensual da representa-

⁴ Minayo (2002) trata das origens filosóficas das representações sociais; Guareschi (2002) discute as diferenças entre o conceito de representações sociais e seus “parentes”: opinião pública, atitude, mito, estereótipo, cognição social, teoria dos esquemas, teoria da atribuição, ideologia e representação coletiva.

ção, constituído por um ou alguns elementos, em quantidade limitada. Ele assegura o significado, a consistência e a estabilidade/permanência da representação, e é resistente a mudanças, uma vez que toda modificação do núcleo central significa a mudança completa da representação; b) os elementos periféricos, menos limitantes, mais leves e flexíveis que o núcleo central, cujas funções são concretização, regulação, prescrição de comportamentos, proteção do núcleo central e individualização da representação coletiva.

Segundo Spink (1995), a forma mais comum de se acessar as representações é por meio das *técnicas verbais*, entre as quais se encontra a *associação/evocação livre de palavras* – descrita por Bardin (1979) como uma das práticas de análise de conteúdo –, cujo caráter mais espontâneo permite alcançar os elementos estruturais das representações mais rapidamente que em entrevistas abertas. Uma vez que as representações são resultado de um “contínuo burburinho” e um “diálogo permanente” entre indivíduos, é esse diálogo que o pesquisador precisa acessar, por meio de “material espontâneo, seja ele induzido por questões, expresso livremente em entrevistas ou já cristalizado em produções sociais, tais como livros [...] ou matérias de jornais e revistas” (Spink, 1995, p. 100).

Existem poucos estudos relacionados às representações (e também às percepções e às visões) do desenvolvimento de cidades. Um exemplo é o estudo de Durham (1986), que detectou as visões dos habitantes da periferia de três cidades paulistas – São José dos Campos, Marília e Rio Claro – a respeito do *viver na cidade*. A pesquisa mostrou a valorização da grande indústria como elemento dinamizador da cidade, resumida na ideia de que a cidade é boa para se viver (por seus recursos e pela

tranquilidade), mas faltam os empregos industriais existentes nas grandes cidades.

Dundes (2001) estudou a emergência, a partir da década de 1960, de um discurso e de uma ideologia desenvolvimentista, produzidos pelo novo poder político de Presidente Prudente, que preconizava a industrialização/atração de indústrias como a forma mais eficaz de promover o desenvolvimento do município. Já Saquet & Saquet (2006), ao estudarem as implicações territoriais da criação de parques industriais em cidades do sudoeste do Paraná, concluíram que a atração de empresas é a forma predominante de industrializar esses municípios. Além disso, segundo os autores, no discurso dessas administrações municipais, essa estratégia seria a única maneira de desenvolver suas localidades.

Souza (2006) realizou um estudo que concluiu que o forte crescimento econômico ocorrido com a implantação de um complexo industrial em Camaçari-BA não se refletiu em efetivo desenvolvimento social. O estudo também identificou a percepção dos moradores em relação às empresas instaladas no município. Os resultados mostraram que, ao mesmo tempo em que 72,9% dos moradores tinham o que reclamar das empresas (pouco relacionamento com o comércio local, despreocupação com a qualidade de vida da população, poluição do ar e dos recursos hídricos etc.), 89% deles também não ficariam satisfeitos caso as empresas saíssem do município.

Delfino (2008), por sua vez, analisou os discursos e as práticas de planejamento urbano de três gestões municipais de Jaguaruna-SC. O autor concluiu que elas foram orientadas para o crescimento e a modernização da cidade, com a intenção de transformá-la, no futuro, em uma cidade grande, e que estavam respaldadas por uma ideologia que

enxerga o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico e de industrialização.

Iaochite (2008), por fim, ao estudar o polo cerâmico de Santa Gertrudes-SP, entrevistou os moradores e lhes fez a seguinte questão: “O que é desenvolver Santa Gertrudes para você?”. Os resultados demonstraram que o desenvolvimento era considerado mais pelo aspecto econômico que pela qualidade de vida.

Assim, pode-se avaliar que esses trabalhos sobre representações, percepções e visões do desenvolvimento, em escala municipal, apontam uma simbolização do desenvolvimento vinculada à expansão e/ou ao dinamismo econômico/industrial e ao crescimento urbano das cidades.

Há também outros tipos de estudo, voltados para a captação das representações sociais do desenvolvimento sustentável ou da sustentabilidade. Ramos & Kawamura (2009), por exemplo, identificaram a representação da sustentabilidade construída por estudantes ingressantes no Ensino Superior e concluíram que ela é representada de maneira genérica e simplificada, e não inserida em um âmbito econômico e social.

Calegari (2010) apreendeu a visão dos habitantes de Entre-Ijuís-RS sobre o que consideravam desenvolvimento local sustentável. Os resultados apontaram para uma visão intermediária entre o desenvolvimento como crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável, com a persistência, ainda, de um forte viés econômico, ou seja, os valores acerca do desenvolvimento continuam a ser os relacionados ao crescimento econômico. Esse trabalho assemelha-se à pesquisa de Barthes & Jeziorski (2012), em que compararam a representação social do desenvolvimento sustentável de estudantes na Polônia, na França e na Alemanha

e concluíram que existiam diferentes modelos de desenvolvimento sustentável, os quais variavam de acordo com o contexto sociocultural e político dos estudantes.

Matos *et al.* (2012), ao identificarem a representação social da sustentabilidade de estudantes universitários, constataram que esta se baseia no meio ambiente, permanecendo o significado naturalista do conceito, mas dissociado das demais dimensões do desenvolvimento sustentável, como a econômica e a social. Techio *et al.* (2016) também identificaram as representações da sustentabilidade por estudantes universitários, cujos resultados também apontaram para uma representação associada à dimensão ambiental (calculada nas palavras *ambiente*, *meio* e *natureza*), revelando-se periférica às demais dimensões da sustentabilidade.

4. Metodologia

Esta é uma pesquisa de caráter descritivo, de abordagem qualitativa, efetuada por meio de levantamento. A pesquisa consistiu na realização de entrevistas com os habitantes das três cidades, por meio de um questionário semiestruturado, composto por perguntas objetivas (relacionadas ao perfil socioeconômico do entrevistado) e uma pergunta aberta, fundamentada na abordagem do núcleo central das representações e apoiada na técnica da evocação livre de palavras (Abric, 2001). O termo indutor da pergunta foi *cidade desenvolvida*, e solicitou-se aos entrevistados que falassem, em ordem de importância, quatro palavras que lhes vinham à cabeça quando ouviam falar em *cidade desenvolvida*.

Decidiu-se por uma quantidade de entrevistas que fosse próxima ao número da amostra neces-

sária, caso este fosse um levantamento estatístico com amostragem aleatória simples, que levasse em consideração o nível de confiança de 95% e o erro amostral de 5%. Considerando a população das cidades, as amostras seriam de 383 em Jaboticabal e em Bebedouro, e de 382 em Olímpia (Santos, 2014).

Como as entrevistas em Jaboticabal se encerraram primeiro e somaram 408 habitantes, esta foi também a quantidade de entrevistas realizadas nas demais cidades, para que o número de palavras evocadas fosse praticamente igual, tornando possível a comparação das frequências absolutas das palavras evocadas. As entrevistas foram feitas entre os meses de janeiro e abril de 2014.

A Tabela 1 descreve o perfil dos entrevistados, em cada cidade. As amostras foram estratificadas, respeitando-se a proporção de sexo, a faixa etária

(de acordo com dados da Fundação Seade de 2013) e a faixa de renda (segundo dados do Censo de 2010 do IBGE), em cada cidade. Denominaram-se Fundamental a faixa de escolaridade contendo os entrevistados com Ensino Fundamental incompleto e completo, Médio a faixa dos que têm Ensino Médio incompleto e completo e Superior a faixa dos que têm Ensino Superior incompleto e completo.

A análise das palavras evocadas foi feita pelo *software* Ensemble de Programmes Permettant L'Analyse des Evocations – EVOC 2000 (Vergès, 2002), que permite dois tipos de análise: a lexicográfica e a categorial. A análise lexicográfica fornece a frequência de cada palavra – quantas vezes é evocada – e sua ordem média de evocação (OME). Por exemplo, se determinada palavra é a primeira a ser evocada por todos os entrevistados, ela tem OME de

TABELA 1 – Caracterização das amostras entrevistadas (frequência e %).

Estratificação	Jaboticabal		Olímpia		Bebedouro	
Sexo	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Homens	200	49,0	199	48,8	202	49,5
Mulheres	208	51,0	209	51,2	206	50,5
Faixa etária						
16-34 anos	163	40,0	168	41,2	165	40,4
35-54 anos	142	34,8	134	32,8	138	33,8
55 anos ou mais	103	25,2	106	26,0	105	25,7
Faixa de renda						
Até 2 sal. Mínimos	248	60,8	284	69,6	287	70,3
Mais de 2 a 5 sal. mínimos	113	27,7	94	23,0	89	21,8
Mais de 5 sal. mínimos	47	11,5	30	7,4	32	7,8
Escolaridade						
Fundamental	136	33,3	127	31,1	118	28,9
Médio	153	37,5	212	52,0	154	37,7
Superior	119	29,2	69	16,9	136	33,3

FONTE: Elaborado pelo autor.

1,0; se ela é sempre a quarta (última) a ser evocada, tem OME de 4,0. Assim, quanto mais baixa a OME, mais prontamente a palavra é evocada, em média.

O *software* distribui as evocações em quatro quadrantes (Figura 1). O primeiro (acima e à esquerda) contém as palavras mais frequentes e mais prontamente evocadas, que formam o *núcleo central* das representações. O segundo quadrante (acima e à direita) contém as palavras mais frequentes, porém mais tardiamente evocadas, que formam os *elementos intermediários* das representações. O terceiro (abaixo e à esquerda) contém as palavras menos frequentes, porém mais prontamente evocadas, formando os *elementos de contraste*. O quarto quadrante (abaixo e à direita) contém as palavras menos frequentes e mais tardiamente evocadas, formando os *elementos periféricos* das representações.

Neste artigo, definiu-se que a frequência mínima para incluir uma palavra nos quadrantes é de cerca de 2% do total das evocações. A frequência intermediária, isto é, a quantidade de evocações a partir da qual uma palavra é considerada de alta frequência, foi definida como o dobro da frequência

mínima, ou seja, a partir de aproximadamente 4% do total de evocações.

Por exemplo, considerando as 1.600 palavras evocadas em Jaboticabal, a frequência mínima foi de 30 (1,9% do total) e a intermediária, 60 (3,8%). Assim, compuseram os quadrantes da análise lexicográfica apenas as palavras evocadas 30 ou mais vezes, denominadas *palavras principais*. Entre as *palavras principais*, as evocadas entre 30 e 59 vezes são as de *baixa frequência* (aparecem no terceiro e no quarto quadrantes), e as evocadas 60 vezes ou mais são as de *alta frequência* (aparecem no primeiro e no segundo quadrantes). Também definiu-se como 2,5 a OME que divide os quadrantes. Assim, palavras com OME menor que 2,5 foram consideradas prontamente evocadas; com OME de 2,5 ou mais foram classificadas como tardiamente evocadas.

Enquanto a análise lexicográfica se concentra nas *palavras principais*, a análise categorial considera todas as palavras evocadas, agrupadas em categorias. O pesquisador determina quantas e quais categorias existirão e aloca cada palavra

<p>1º QUADRANTE</p> <p>Elementos centrais (núcleo central)</p> <p><u>Alta frequência</u></p> <p><u>OME baixa</u>: palavras prontamente evocadas</p> <p><i>Elementos mais importantes da representação</i></p> <p><i>(Núcleo central)</i></p>	<p>2º QUADRANTE</p> <p>Elementos intermediários</p> <p><u>Alta frequência</u></p> <p><u>OME alta</u>: palavras tardiamente evocadas</p> <p><i>Elementos periféricos mais próximos do núcleo central</i></p>
<p>3º QUADRANTE</p> <p>Elementos de contraste</p> <p><u>Baixa frequência</u></p> <p><u>OME baixa</u>: palavras prontamente evocadas</p> <p><i>Elementos que podem reforçar os elementos intermediários</i></p>	<p>4º QUADRANTE</p> <p>Elementos periféricos</p> <p><u>Baixa frequência</u></p> <p><u>OME alta</u>: palavras tardiamente evocadas</p> <p><i>Elementos mais periféricos e distantes do núcleo central</i></p>

FIGURA 1 – Estrutura da análise lexicográfica das representações sociais.

FONTE: Elaborado pelo autor, baseado em Vergès (2002).

a cada uma delas. A partir daí, o *software* revela a *força* (relevância) de cada categoria.

Os critérios que determinam a *força* de uma categoria são os seguintes: a) quantidade de palavras diferentes e soma da frequência dessas palavras em relação ao total das evocações: alta participação percentual da categoria, concentrada em poucas palavras, indica uma categoria *forte*; b) frequência das palavras mais frequentes: uma categoria com alta frequência de *palavras principais* pode ser considerada *forte*; c) média das OME das palavras que compõem a categoria: quanto menor a OME, mais prontamente as palavras da categoria são evocadas (em média) e mais *forte* a categoria.

Em relação à transcrição das palavras evocadas, cabem algumas observações:

- as palavras compostas ou expressões foram todas unidas por hífen, a fim de serem consideradas pelo EVOC 2000 como uma única unidade lexical (por exemplo, *casas-populares*, *meio-ambiente*); caso fossem escritas separadas, com espaço, seriam interpretadas como duas palavras diferentes;
- quando uma palavra foi evocada ora na forma de adjetivo, ora como substantivo, ou ora no singular, ora no plural, considerou-se apenas uma forma de evocação. Por exemplo, os termos *limpa* e *limpeza* foram transcritos como *limpeza*; *emprego* e *empregos*, como *emprego*;
- expressões diferentes de mesmo sentido também foram convertidas em uma única unidade lexical: *ambiente* e *meio ambiente* foram transcritas como *meio-ambiente*;

saneamento e *saneamento básico*, como *saneamento*;

- para palavras sinônimas, mantiveram-se as duas na transcrição, na mesma unidade lexical. Por exemplo, *polo* e *referência* foram consideradas como *polo/referência*;
- para palavras algumas vezes evocadas, acompanhadas ou não de um adjetivo, mas com o mesmo sentido, optou-se por considerá-las uma única unidade lexical. Por exemplo, *prefeito* e *prefeito bom* foram transcritas como *prefeito/bom*.

Nos dois últimos casos, foi utilizada a barra para unir as palavras, transformando-as em uma unidade lexical única.

Para continuar a contextualização deste estudo, a seguir é feita uma breve caracterização das três cidades objetos de estudo.

O município de Jaboticabal está localizado na Mesorregião de Ribeirão Preto e na Microrregião de Jaboticabal. Apresenta população estimada em 76.196 habitantes (2016) e taxa de urbanização de 97%. Olímpia fica na Mesorregião e na Microrregião de São José do Rio Preto. Apresenta população estimada em 53.702 habitantes (2016) e taxa de urbanização de 94,6%. Bebedouro localiza-se na Mesorregião de Ribeirão Preto e na Microrregião de Jaboticabal. Tem 77.695 habitantes estimados (2016) e taxa de urbanização de 95,3% (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017).

Jaboticabal tem economia relativamente estável – entre 2002 e 2014, sua participação no PIB estadual mantém-se entre 0,13% e 0,14%, segundo a Fundação Seade (2017). Além disso, é centrada na agroindústria sucroalcooleira, na indústria cerâmica

produtora de filtros de água e no ensino (tem quatro instituições de ensino superior).

Olímpia tem base agroindustrial, com produção de laranja e de cana-de-açúcar. No entanto, a transformação de um clube de águas quentes em um parque aquático de importância turística nacional determinou, a partir de meados da década de 2000, forte *boom* turístico e imobiliário (com dezenas de hotéis, *resorts* etc., em operação e em construção). Tal fato definiu um novo perfil econômico para o município, ratificado em 2014, quando Olímpia recebeu o título oficial de Estância Turística (Prefeitura Municipal de Olímpia, 2017).

Bebedouro, considerada a Capital Nacional da Laranja devido à forte produção citrícola e às empresas processadoras de suco de laranja, apresentou forte dinamismo econômico durante as décadas de 1970 e 1980. No entanto, desde o final da década de 1980, crises recorrentes nesse setor (Bellingieri *et al.*, 2012) repercutem negativamente na economia bebedourense, com forte volatilidade do PIB e do

emprego formal, e queda absoluta dos empregos industriais. Entre 2002 e 2014, a participação de Bebedouro no PIB estadual caiu de 0,18% para 0,13% (Fundação Seade, 2017).

Em suma, cada cidade vivencia uma condição econômica distinta: relativa estabilidade em Jaboticabal, transformações positivas em Olímpia e instabilidades em Bebedouro.

Para medir o desenvolvimento das três cidades, utilizou-se o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). De acordo com o índice mais recente (2010), as três cidades estão classificadas como de *alto desenvolvimento humano*. Entre os 5.565 municípios brasileiros, Jaboticabal encontra-se no 145º lugar no *ranking* do IDHM; Olímpia, no 197º e Bebedouro, no 128º (PNUD; IPEA; FPJ, 2013)⁵.

Para medir a condição ambiental das três cidades, utilizou-se o Indicador de Avaliação Ambiental – IAA (Tabela 2). Calculado desde 2008 pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de

TABELA 2 – Indicador de Avaliação Ambiental (IAA)*: Jaboticabal, Olímpia e Bebedouro (2008/2016).

IAA	Cidade	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Pontuação	Jaboticabal	-	89,47 ⁽¹⁾	83,85 ⁽¹⁾	85,38 ⁽¹⁾	85,53 ⁽¹⁾	72,00	82,75 ⁽¹⁾	83,29 ⁽¹⁾	80,06 ⁽¹⁾
	Olímpia	-	83,19 ⁽¹⁾	72,95	80,64 ⁽¹⁾	78,42	58,00	71,49	80,78 ⁽¹⁾	81,67 ⁽¹⁾
	Bebedouro	76,70	75,67	60,30	63,45	37,71	8,50	63,36	63,55	51,62
Ranking	Jaboticabal	-	43	81	81	85	127	99	73	77
	Olímpia	-	N/C	189	147	149	222	173	103	61
	Bebedouro	54	206	293	248	298	553	229	186	194

*IAA: Mede o desempenho ambiental das cidades do Estado de São Paulo, por meio de dez diretrizes.

FONTE: São Paulo (2017).

⁽¹⁾ Certificado como Município VerdeAzul.

⁵ Embora isso seja útil para mostrar a (positiva) condição do desenvolvimento dessas cidades, a divulgação do IDHM em forma de *ranking* induz a comparações equivocadas entre cidades díspares em tamanho, localização geográfica e posição na hierarquia territorial, conforme alertou Veiga (2010).

São Paulo, esse indicador mede o desempenho ambiental das cidades paulistas, por meio de dez diretivas: esgoto tratado, resíduos sólidos, biodiversidade, arborização urbana, educação ambiental, cidade sustentável, gestão das águas, qualidade do ar, estrutura ambiental e conselho ambiental. Anualmente, são divulgadas a pontuação e a posição no *ranking* de cada cidade; as que somam 80 pontos ou mais são certificadas como *Município VerdeAzul* (São Paulo, 2017).

Jaboticabal e Olímpia têm boa condição ambiental em relação às demais cidades paulistas. Jaboticabal foi certificada como *Município VerdeAzul* em sete dos nove índices divulgados. Olímpia foi certificada em quatro, incluindo os dois anos mais recentes. Já Bebedouro tem condição ambiental diversa: nunca obteve a certificação e apresenta pontuações significativamente mais baixas que as das outras duas cidades.

5. As representações sociais de cidade desenvolvida em Jaboticabal, Olímpia e Bebedouro e a relevância da dimensão ambiental

De acordo com a análise lexicográfica, em Jaboticabal, foram mencionadas 202 palavras diferentes, em um total de 1.600 evocadas. Em tese, deveriam ter sido evocadas 1.632 palavras (quatro palavras para cada um dos 408 entrevistados), mas 32 entrevistados não evocaram a quarta palavra. Em Olímpia, foram 182 palavras de um total de 1.607 evocações. Em Bebedouro, foram 173 palavras, com 1.599 evocações.

A Tabela 3 sintetiza a estrutura das representações sociais de cidade desenvolvida, dada pela análise lexicográfica, nas três cidades.

As 11 *palavras principais*, que compõem os quatro quadrantes da representação em Jaboticabal, equivalem a 5,4% das 202 palavras diferentes evocadas, mas sua frequência de evocações, somada, é de 1.000, o que corresponde a 62,5% das 1.600 evocações. Em Olímpia, as *palavras principais*, distribuídas nos quatro quadrantes, são 12 (6,6% do total de 182 palavras diferentes), que correspondem a 1.029 evocações, ou seja, 64,0% do total das 1.607 evocações. Em Bebedouro, há 9 *palavras principais* (5,20% das 173 palavras diferentes), as quais somam 1.037 evocações (64,8% do total de 1.599).

O núcleo central revela que os habitantes das três cidades constroem essencialmente a mesma representação social de cidade desenvolvida, simbolizando-a como um fenômeno relacionado ao econômico (materializado no *emprego* e na existência de *indústrias/empresas*) e ao social (materializado na *saúde* e na *educação*).

A única diferença entre as cidades é a ausência de *indústrias/empresas* no núcleo central em Olímpia.

Os elementos intermediários – a periferia mais próxima do núcleo central – também são idênticos nas três cidades: *lazer* e *segurança*. *Segurança* pode ser considerado um atributo de dimensão social; já o *lazer*, um atributo ligado a objetos técnicos/equipamentos urbanos/recursos/infraestrutura (de acordo com o agrupamento das palavras em categorias, descrito mais adiante).

Já os elementos de contraste – que podem reforçar os elementos intermediários – são diferentes nas três cidades. São compostos por *comércio* e *escolas*, em Jaboticabal, *indústrias/empresas*, em Olímpia, e *hospitais*, em Bebedouro. Nas três cidades, as palavras desse quadrante acabam por reforçar não os elementos intermediários, mas sim os

próprios núcleos centrais. Em Bebedouro, *hospitais*, embora sejam aqui considerados objetos técnicos/equipamentos urbanos, estão vinculados à *saúde*; em Olímpia, *indústrias/empresas* está relacionada ao *emprego* (faltaram apenas 5 evocações para *indústrias/empresas* compor o núcleo central); em

Jaboticabal, *escolas* vincula-se à *educação*. Apenas a palavra *comércio*, de Jaboticabal, não remete ao núcleo da representação desta cidade, pois é aqui entendida como expressão do tamanho/dimensão urbana da cidade.

TABELA 3 – Estrutura das representações sociais de cidade desenvolvida: Jaboticabal, Olímpia e Bebedouro.

Frequência >= 60 ⁽¹⁾ ; OME < 2,5 ⁽²⁾			Frequência >= 60; OME >=2,5		
Palavra	Freq.	OME	Palavra	Freq.	OME
JABOTICABAL			JABOTICABAL		
Educação	151	2,411	Lazer	61	3,410
Emprego	211	2,123	Segurança	70	3,086
Indústrias/empresas	120	1,858			
Saúde	195	2,041			
OLÍMPIA			OLÍMPIA		
Educação	169	2,379	Lazer	80	3,150
Emprego	199	2,261	Segurança	66	2,864
Saúde	247	1,960			
BEBEDOURO			BEBEDOURO		
Educação	166	2,380	Lazer	75	3,400
Emprego	278	1,993	Segurança	61	3,000
Indústrias/empresas	119	2,109			
Saúde	231	2,299			
Frequência < 60 e >=30; OME < 2,5			Frequência < 60 e >=30; OME >= 2,5		
Palavra	Freq.	OME	Palavra	Freq.	OME
JABOTICABAL			JABOTICABAL		
Comércio	35	2,371	Moradias	33	3,273
Escolas	42	2,452	Saneamento	30	2,833
			Transporte/público	52	2,615
OLÍMPIA			OLÍMPIA		
Indústrias/empresas	55	2,236	Administração/boa	31	2,839
			Escolas	38	2,737
			Faculdades	30	2,600
			Limpeza	34	2,706
			Moradias	32	2,813
			Transporte/público	48	2,708
BEBEDOURO			BEBEDOURO		
Hospitais	30	2,233	Limpeza	36	2,639
			Transporte/público	41	2,683

FONTE: Elaborado pelo autor.

⁽¹⁾ Frequência com que a palavra foi evocada, em cada cidade.

⁽²⁾ OME: Ordem média de evocação.

Os elementos periféricos – elementos mais distantes do núcleo central – são mais heterogêneos nas três cidades, embora com algumas coincidências. *Transporte/público* é o único elemento presente nas três cidades, que remete a objetos técnicos/equipamentos urbanos/recursos/infraestrutura; *limpeza* e *moradias* estão presentes em duas cidades – a palavra *limpeza* está vinculada à mesma dimensão do transporte, bem como a palavra *moradias* está relacionada a uma dimensão social. A palavra *saneamento*, considerada também um elemento ligado à infraestrutura da cidade, encontra-se exclusivamente em Jaboticabal. Já *administração/boa, escolas e faculdades* encontram-se exclusivamente em Olímpia. *Escolas e faculdades*, embora sejam considerados objetos técnicos, estão vinculadas à educação (dimensão social), e *administração/boa* é um atributo político/administrativo.

Diferentes grupos sociais, distinguidos por critérios de sexo, idade, renda e escolaridade, têm distintas representações de cidade desenvolvida? Para responder a essa questão, foi feita uma análise lexicográfica para cada uma dessas estratificações, em cada cidade, cujos resultados são descritos a seguir (os quadros das representações, para cada estratificação e cidade, não são apresentados, em razão do limite de espaço).

Não há alterações na essência das representações em função do sexo. Os núcleos centrais são idênticos para homens e mulheres, nas três cidades, com a única exceção de que *indústrias/empresas* não compõe o núcleo das mulheres em Olímpia. Uma diferença entre os sexos está na comparação entre os elementos intermediários e periféricos, que mostram, para os homens, uma valorização maior da *segurança* como atributo de cidade desenvolvida e, para as mulheres, a valorização do *lazer*.

As representações também não se alteram em função da idade dos entrevistados, nas três cidades. Nas três faixas etárias consideradas, o desenvolvimento é evocado em uma dimensão social e econômica: em geral, *saúde, educação, emprego e indústrias/empresas* estão no núcleo central, e *educação, lazer e segurança* estão em elementos intermediários.

Já a renda é capaz de determinar mudanças nas representações. Em Jaboticabal e Olímpia, na faixa acima de 5 salários, o desenvolvimento, sob a óptica do núcleo central, é um fenômeno exclusivamente social (representado por *educação e saúde*), e não mais econômico e social – lembrando que, para Abric (2001), modificações do núcleo central significam a mudança da própria representação. Em Olímpia, para a faixa acima de 5 salários, *indústrias/empresas* não figura em nenhum dos quatro quadrantes. Somente em Bebedouro *emprego* figura no núcleo central das três faixas de renda, mas *indústrias/empresas* não se encontra no núcleo da faixa acima de 5 salários, pela única vez em todas as estratificações feitas para a cidade.

Na estratificação por escolaridade, embora *saúde e emprego* (ou seja, uma mescla de atributos social e econômico) estejam no núcleo central de todas as faixas das três cidades, observa-se uma diferença importante em duas delas. Em Jaboticabal e em Bebedouro, a *educação* não faz parte do núcleo central nas faixas Fundamental e Médio, passando a fazê-lo somente na Superior. Em Olímpia, porém, ocorre o inverso: *educação* só não faz parte do núcleo da faixa Superior.

E meio ambiente? Este faz parte das representações de cidade desenvolvida? A resposta é **não**, uma vez que nem nas representações gerais de cada cidade, nem nas estratificadas, existem palavras

relacionadas ao meio ambiente entre as *palavras principais* da análise lexicográfica. Dito de outra maneira, nada relacionado ao meio ambiente figura entre as *palavras principais* das representações, qualquer que seja o sexo e as faixas etárias, de renda e de escolaridade.

A Tabela 4 mostra todas as palavras relacionadas ao meio ambiente evocadas, em cada cidade. Cada palavra foi evocada por um entrevistado diferente, isto é, nenhum deles evocou mais de uma palavra ligada ao meio ambiente, entre as quatro que poderiam evocar. Em Jaboticabal, foram 13 os que evocaram (3,2% dos 408 entrevistados); em Olímpia, 7 (1,7% do total) e, em Bebedouro, 8 (2% do total).

A palavra mais frequente foi *sustentabilidade*, em Jaboticabal, com 5 evocações – muito distante das 30 mínimas necessárias para figurar nas *palavras principais*. A Tabela 5 mostra o perfil de quem evocou as palavras relacionadas ao meio ambiente, em comparação com a estratificação da amostra, considerando-se as três cidades agregadamente.

Uma taxa de 60,7% de homens evocou as palavras, proporção pouco maior que a taxa de homens entrevistados (49,1%). Há também uma proporção maior de jovens evocando essas palavras,

em comparação à proporção de jovens entrevistados: por exemplo, a amostra total contém 25,7% de pessoas com 55 anos ou mais, mas somente 14,3% das evocações eram de entrevistados dessa faixa etária. Conforme aumenta a faixa de renda, as evocações relacionadas ao meio ambiente aumentam mais que proporcionalmente em comparação com a amostra total: 17,9% dos entrevistados que evocaram essas palavras têm renda maior que cinco salários mínimos, e essa faixa de renda representa 8,9% dos entrevistados. Além disso, 21,4% dos que evocaram essas palavras são da faixa de escolaridade Fundamental, que representa 31,1% do total. Por fim, 35,7% dos que evocaram essas palavras são da faixa Superior, que representa 26,5% do total.

Tratando-se agora da análise categorial, a observação das evocações, nas três cidades, levou à construção de sete categorias. A Categoria 1 (dimensão econômica) relaciona-se ao paradigma do *desenvolvimento econômico*. Foram agrupadas as palavras que simbolizam atividades, setores ou indicadores econômicos e que remetem à produção/riqueza material, como *emprego, indústrias/empresas, produção, usinas, crescimento/PIB*. A Categoria 2 (dimensão social) relaciona-se ao paradigma do *desenvolvimento social*, agregando atributos

TABELA 4 – Palavras relacionadas ao meio ambiente evocadas em Jaboticabal, Olímpia e Bebedouro.

Cidade	Palavra	Freq.	Cidade	Palavra	Freq.	Cidade	Palavra	Freq.
Jaboticabal	<i>Sustentabilidade</i>	5	Olímpia	<i>Meio-ambiente</i>	3	Bebedouro	<i>Sustentabilidade</i>	4
	<i>Meio-ambiente</i>	4		<i>Verde</i>	1		<i>Meio-ambiente</i>	4
	<i>Sem/poluição</i>	2		<i>Sem/poluição</i>	1			
	<i>Verde</i>	1		<i>Árvores</i>	1			
	<i>Natureza</i>	1		<i>Sustentabilidade</i>	1			
	Total	13		Total	7		Total	8

FONTE: Elaborado pelo autor.

TABELA 5 – Comparação da estratificação da amostra com os entrevistados que evocaram palavras de meio ambiente, somatório das três cidades (frequência e %).

Estratificação	Entrevistados (somatório das cidades)		Entrevistados que evocaram palavras de meio ambiente (somatório das cidades)	
	Freq.	%	Freq.	%
Sexo				
Homens	601	49,1	17	60,7
Mulheres	623	50,9	11	39,3
Faixa etária				
16-34 anos	496	40,5	13	46,4
35-54 anos	414	33,8	11	39,3
55 anos ou mais	314	25,7	4	14,3
Faixa de renda				
Até 2 sal. Mínimos	819	66,9	13	46,4
Mais de 2 a 5 sal. mínimos	296	24,2	10	35,7
Mais de 5 sal. Mínimos	109	8,9	5	17,9
Escolaridade				
Fundamental	381	31,1	6	21,4
Médio	519	42,4	12	42,9
Superior	324	26,5	10	35,7
Total	1.224	100,0	28	100,0

FONTE: Elaborado pelo autor.

de caráter social e de qualidade de vida: *saúde, educação, segurança, moradias, sem-pobreza* etc.

A Categoria 3 (objetos técnicos/equipamentos urbanos/recursos/infraestrutura) reúne as palavras que representam como cidade desenvolvida os objetos técnicos, equipamentos urbanos, recursos e infraestrutura, de caráter público, presentes na cidade: *lazer, transporte/público, creches, asfalto, hospitais, escolas, praças* etc. Em princípio, algumas dessas palavras poderiam estar também relacionadas à Categoria 2 (por exemplo, *hospitais* ou *escolas*, que remetem a uma dimensão social). Entretanto, a diferença está no fato de que, enquanto a Categoria 2 evoca um sentido abstrato, genérico, de melhoria social (por exemplo, *educação* como processo de

aperfeiçoamento das faculdades humanas), a Categoria 3 evoca os equipamentos, as construções, os prédios, em um sentido físico (por exemplo, *escolas*).

A Categoria 4 (crescimento/tamanho urbano) agrega as palavras que remetem à expansão urbana e/ou demográfica (*crescimento, número-de-habitantes* etc.), bem como a objetos técnicos, de caráter privado, que respondem à espacialidade de grandes centros, considerando a demanda de capital necessário à sua implantação, que raramente tem origem local (*comércio, shoppings*). A Categoria 5 (político-administrativo-legal) agrupa as palavras que vinculam o desenvolvimento com a gestão política e administrativa local: *administração/boa, prefeito/bom*.

A Categoria 6 (dimensão ambiental) agrega as palavras que representam uma cidade desenvolvida pelo meio ambiente, a dimensão básica do paradigma do desenvolvimento sustentável: *sustentabilidade, meio ambiente, natureza* etc. Por fim, a Categoria 7 (atributos subjetivos) agrega as palavras abstratas e as passíveis de dúvida quanto a integrarem uma ou outra categoria: *organização, tecnologia, movimento, união, povo-bom, calma* etc.

As tabelas 6, 7 e 8 mostram as categorias das representações de cidade desenvolvida, nas três cidades, obtidas por meio do *software* EVOC 2000.

Levando-se em conta os critérios que determinam a *força* de uma categoria, as categorias 1 e 2 são as mais *fortes* na representação de cidade

desenvolvida, nas três cidades: são compostas predominantemente por *palavras principais*, têm baixas OMEs e alta participação percentual no total das evocações (a Categoria 2 é a mais frequente nas três cidades; a Categoria 1, a segunda mais frequente em Bebedouro e a terceira mais frequente em Jaboticabal e em Olímpia). A Categoria 1 está concentrada em poucas palavras, nas três cidades. A Categoria 3 também é forte nas três cidades, pois, embora não tenha alta participação de *palavras principais* nem baixa OME, é a segunda mais frequente nas evocações em Jaboticabal e em Olímpia, e a terceira, em Bebedouro. A Figura 2 compara as participações percentuais de cada categoria, entre as cidades.

TABELA 6 – Categorias das representações sociais de *cidade desenvolvida*: Jaboticabal.

Palavras/Categorias		Cat. 1	Cat. 2	Cat. 3	Cat. 4	Cat. 5	Cat. 6	Cat. 7	Total
Palavras diferentes	Quant.	15	40	54	21	12	5	55	202
	%	7,4	19,8	26,7	10,4	5,9	2,5	27,2	100,0
Frequência das palavras	Freq.	364	557	392	99	36	13	139	1.600
	%	22,8	34,8	24,5	6,2	2,3	0,8	8,7	100,0
Frequência das palavras mais frequentes (≥ 30)	%	90,9	80,6	47,2	35,4	0,0	0,0	0,0	62,5
OME das palavras da categoria		2,1	2,5	2,7	2,4	2,6	3,0	2,8	-

FONTE: Elaborado pelo autor.

TABELA 7 – Categorias das representações sociais de *cidade desenvolvida*: Olímpia.

Palavras/Categorias		Cat. 1	Cat. 2	Cat. 3	Cat. 4	Cat. 5	Cat. 6	Cat. 7	Total
Palavras diferentes	Quant.	11	25	48	21	8	5	64	182
	%	6,0	13,7	26,4	11,5	4,4	2,7	35,2	100,0
Frequência das palavras	Freq.	297	621	418	85	57	7	122	1.607
	%	18,5	38,6	26,0	5,3	3,5	0,4	7,6	100,0
Frequência das palavras mais frequentes (≥ 30)	%	85,5	82,8	55,0	0,0	54,4	0,0	0,0	64,0
OME das palavras da categoria		2,3	2,3	2,7	2,4	2,6	3,3	2,8	-

FONTE: Elaborado pelo autor.

TABELA 8 – Categorias das representações sociais de *cidade desenvolvida*: Bebedouro.

Palavras/Categorias		Cat. 1	Cat. 2	Cat. 3	Cat. 4	Cat. 5	Cat. 6	Cat. 7	Total
Palavras diferentes	Quant.	15	32	42	12	11	2	59	173
	%	8,7	18,5	24,3	6,9	6,4	1,2	34,1	100,0
Frequência das palavras	Freq.	425	579	352	52	52	8	131	1.599
	%	26,6	36,2	22,0	3,3	3,3	0,5	8,2	100,0
Frequência das palavras mais frequentes (>=30)		%	93,4	79,1	51,7	0,0	0,0	0,0	64,9
OME das palavras da categoria			2,1	2,5	2,8	2,4	2,7	3,4	-

FONTE: Elaborado pelo autor.

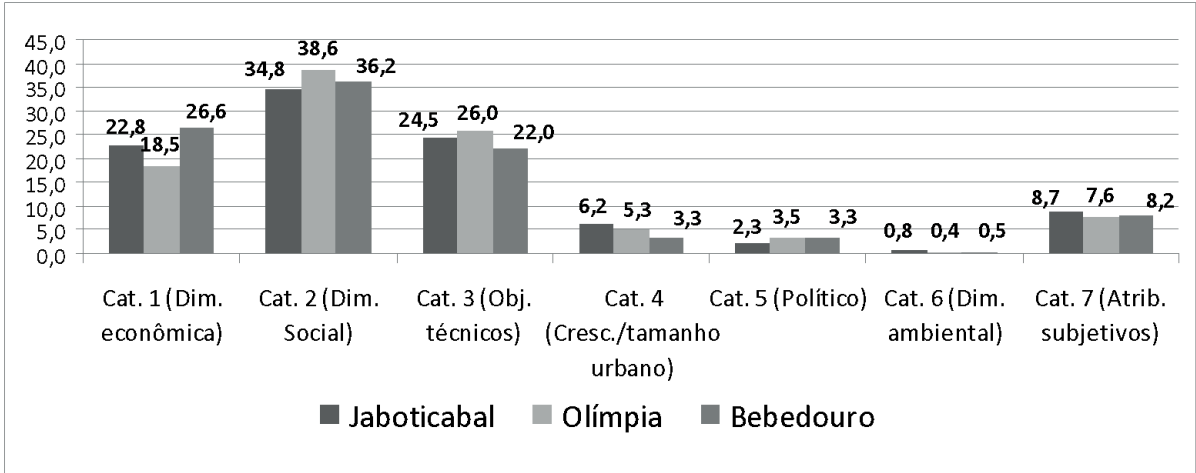


FIGURA 2 – Participação relativa das categorias das representações sociais de cidade desenvolvida: Jaboticabal, Olímpia e Bebedouro (em %).

FONTE: Elaborado pelo autor.

A análise categorial ratifica a análise lexicográfica: as palavras que predominam nos núcleos centrais (*saúde, educação, emprego, indústrias/empresas*) correspondem às mais frequentes das categorias 1 e 2; as que predominam nos elementos intermediários são frequentes nas categorias 2 (segurança) e 3 (lazer). Ou seja, tanto nos dois principais quadrantes da análise lexicográfica (nú-

cleo central e elementos intermediários) quanto nas categorias *fortes* da análise categorial, há a primazia de atributos de ordem social e econômica e, secundariamente, de objetos técnicos.

Já a Categoria 4 (crescimento/tamanho urbano) tem pouca relevância nas representações das três cidades. Conforme já mencionado, *comércio*, inserida nos elementos de contraste em Jaboticabal,

é a única palavra dessa categoria que compõe a estrutura das representações (4 quadrantes da análise lexicográfica) das três cidades.

A Categoria 5, que representa o desenvolvimento em termos políticos, administrativos e legais, também é pouco significativa (chega, no máximo, a 3,5% das evocações, em Olímpia). *Administração/boa* é a única palavra que compõe os quadrantes das representações: aparece nos elementos periféricos de Olímpia.

Já a Categoria 6, que remete ao meio ambiente, é irrelevante nas representações das três cidades (não atinge 1% das evocações em nenhuma delas), e não é composta por nenhuma das *palavras principais*. Trata-se também da categoria cujas palavras têm as maiores OMEs, ou seja, agrega as palavras mais tardiamente evocadas pelos entrevistados, nas três cidades.

A Categoria 7 deve sua participação de cerca de 8% do total ao fato de ser o resultado da agregação das palavras de cunho subjetivo ou abstrato, que não se enquadravam em nenhuma outra categoria. Essa categoria tem a maior quantidade de palavras diferentes evocadas, e nenhuma delas está entre as *palavras principais*.

6. Considerações finais

Por meio de pesquisa de levantamento, este trabalho identificou as representações sociais de *cidade desenvolvida*, construídas pelos habitantes de três cidades paulistas (Jaboticabal, Olímpia e Bebedouro), e verificou se essas representações incorporam (e com que relevância) o meio ambiente, base do paradigma do desenvolvimento sustentável. Foi utilizada a abordagem do núcleo central das

representações, apoiada na técnica da evocação livre de palavras (Abric, 2001), com o uso do *software* EVOC 2000 (Vergès, 2002), o qual gerou dois tipos de análise: a lexicográfica e a categorial.

Nas três cidades, uma cidade desenvolvida é representada como um fenômeno econômico e social. O núcleo central da análise lexicográfica (dado pelas palavras mais frequentes e mais prontamente evocadas) revelou uma dimensão econômica (simbolizada pelas palavras *emprego* e *indústrias/empresas*) e uma social (simbolizada por *saúde* e *educação*), da mesma forma que, na análise categorial, as dimensões econômica e social mostraram-se as duas categorias mais *fortes* entre as sete identificadas. Pode-se afirmar que, dessa mescla de representações, emerge o paradigma do desenvolvimento humano, materializado no IDH e em suas dimensões: renda, educação e longevidade.

Já o meio ambiente é nulo na representação de uma cidade desenvolvida. Nas três cidades, não há uma só palavra que remeta ao meio ambiente compondo as *palavras principais* da análise lexicográfica, tanto na análise geral quanto nas análises estratificadas. Nada relacionado ao meio ambiente figura entre as *palavras principais* das representações, independentemente de sexo e faixas de idade, renda e escolaridade.

Além disso, identificou-se que a categoria dimensão ambiental é a mais *fraca*, isto é, a menos relevante de todas as sete categorias identificadas, nas três cidades, e não atinge nem 1% das evocações totais. Essa categoria é a que tem as palavras mais tardiamente evocadas pelos entrevistados.

Em Jaboticabal, 13 entrevistados evocaram alguma palavra relacionada ao meio ambiente (3,2% do total de 408). Em Olímpia, foram 7 entrevistados (1,7% do total) e, em Bebedouro, 8 (2% do total).

Os 28 entrevistados (somando-se os entrevistados das três cidades) pertencem ao sexo masculino, são mais jovens e têm mais alta renda e escolaridade, em uma proporção maior que a proporção de sexo, faixa de idade, renda e escolaridade da amostra de entrevistados.

Conclui-se que uma cidade desenvolvida, associada com o meio ambiente, é algo que se encontra fora das mentes dos habitantes locais. Considerando-se que a dimensão ambiental é a base, a essência do paradigma de desenvolvimento sustentável, pode-se afirmar, também, que uma cidade desenvolvida não é representada pelo desenvolvimento sustentável.

A irrelevância do meio ambiente, combinada com a força de *indústrias/empresas* na representação de cidade desenvolvida, pode ser um indicativo da tolerância da população com empresas poluidoras (mas que geram empregos), exatamente como mostrou a pesquisa de Souza (2006), descrita neste estudo, que revelou que os habitantes de Camaçari-BA não desejam que suas indústrias, reconhecidamente causadoras de danos ambientais, deixem a cidade.

A revisão bibliográfica mostrou que as representações sociais da sustentabilidade (isto é, quando o termo indutor é *sustentabilidade*) estão alicerçadas na dimensão ambiental, em uma visão fortemente naturalista, desvinculada das demais dimensões do desenvolvimento sustentável (econômica, social etc.). Já este levantamento revelou que as representações do desenvolvimento de uma cidade (isto é, quando o termo indutor é *cidade desenvolvida*) estão alicerçadas nas dimensões econômica – o que corrobora outros estudos em diversas cidades, que apontaram para sua representação/percepção/visão como um fenômeno ligado à expansão econômica/

industrial – e também social, mas inexistindo a dimensão ambiental.

Em suma, quando se fala na *sustentabilidade* (de uma cidade), os indivíduos associam-na somente com meio ambiente, natureza, mas (quase) nunca com o econômico e o social. Todavia, quando se fala em *cidade desenvolvida*, os indivíduos associam-na apenas com o econômico e o social, mas (quase) nunca com meio ambiente.

O fato de as representações sociais serem praticamente idênticas nas três cidades torna os resultados robustos, visto que elas vivenciam diferentes momentos econômicos, bem como apresentam distintas condições ambientais – fazendo com que suas populações manifestem diferentes sentimentos/ânimos – e que, por isso, poderiam construir representações diferentes.

Captar as representações do desenvolvimento significa compreender o que as populações locais pensam e almejam em relação ao seu desenvolvimento e seu futuro. Embora as palavras evocadas não devam ser interpretadas como os principais problemas a serem resolvidos, em cada cidade, as representações que elas constroem podem ser importantes para a formulação e a avaliação/validação de políticas econômicas, sociais e ambientais, visando à melhoria das condições de vida da população. Conforme afirma Minayo (2002), as representações são matéria-prima para a análise do social e também para a ação pedagógico-política de transformação.

Referências

Abric, J. C. O estudo experimental das representações sociais. In: Jodelet, D. (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 155-171, 2001.

- Alier, J. M. O ecologismo dos pobres. *Revista Ra'e Ga*, 1, 7-21, 1997. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/raega/article/view/17910/11685>
- Bardin, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- Barthes, A.; Jeziorski, A. What kind of critical university education for sustainable development? A comparative study of European students and social representations, in the epistemological and didactical challenges involved in teaching socially acute questions. *Journal of Social Science Education*, 11 (4), 405-417, 2012. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00963814>
- Bellingieri, J. C.; Borges, A. C. G.; Souza, J. G. de. Interpretações sobre fatores de exclusão de pequenos agricultores no setor citrícola. *Estudos Geográficos*, 10 (1), 27-42, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/6422>
- Calegario, C. F. *Uma percepção local do desenvolvimento sustentável: o caso do município de Entre-Ijuís*. Ijuí, Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2010.
- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1988.
- Delfino, D. dos S. *Desenvolvimento e planejamento urbano na cidade de Jaguaruna/SC: representação e atuação dos atores locais*. Florianópolis, Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFSC, 2008.
- Department of Economic and Social Affairs. *Indicators of Sustainable Development: Guidelines and Methodologies*. New York: United Nations, 3. ed., 2007. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/guidelines.pdf>. Acesso em: abr. 2017.
- Dundes, A. C. O poder local e a indústria: uma análise do discurso desenvolvimentista prudentino. In: Sposito, M. E. B. (Org.). *Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média*. Presidente Prudente: [s.n.], p. 71-87, 2001.
- Durham, E. R. A sociedade vista da periferia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1, 84-99, 1986. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_01/rbcs01_07.htm
- Escobar, A. *La invención del tercer mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo*. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.
- Esteva, G. Desenvolvimento. In: Sachs, W. (Org.). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, p. 59-83, 2000.
- Fundação Seade. *Informações dos Municípios Paulistas*. Disponível em: www.seade.gov.br. Acesso em: jul. 2017.
- Furtado, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3. ed., 1974.
- Guareschi, P. A. “Sem dinheiro não há salvação”: ancorando o bem e o mal entre os neopentecostais. In: Guareschi, P. A.; Jovchelovitch, S. (Orgs.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, p. 191-225, 7. ed., 2002.
- Iaochite, J. C. *Novos tempos e antigas espacialidades: o polo cerâmico e as inércias espaciais no contexto da produção do espaço urbano de Santa Gertrudes-SP*. Rio Claro, Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP, 2008.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: jul. 2017.
- Jackson, T. *Prosperity without growth: economics for a finite planet*. London: Earthscan, 2009. Disponível em: http://www.gci.org.uk/Documents/Tim_JACKSON_Prosperty_Without_Growth.pdf
- Layrargues, P. P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? *Proposta*, 25 (71), 5-10, 1997. Disponível em: <https://xa.yimg.com/kq/groups/21784100/1247355355/name/Layrargues.PDF>
- Matos, F. R. N.; Ipiranga, A. S. R.; Machado, D. Q.; Rolim, G. F.; Alvarenga, R. A. M. Representações sociais e sustentabilidade: o significado do termo para alunos do curso de administração. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 13(4), 707-734, 2012. Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/79>
- Mill, J. S. *Princípios de economia política: com algumas de suas aplicações à filosofia social*. São Paulo: Nova Cultura, 1986. v. 2.
- Minayo, M. C. de S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: Guareschi, P. A.; Jovchelovitch, S. (Orgs.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, p. 89-111, 7. ed., 2002.
- Moscovici, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

- Nobre, M.; Amazonas, M. *Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito*. Brasília: Edições IBAMA, 2002.
- Prefeitura Municipal de Olímpia. Disponível em: <www.olimpia.sp.gov.br>. Acesso em: abr. 2017.
- PNUD; IPEA; FJP. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. 2013. Brasília: PNUD Brasil. Disponível em: <www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em: jul. 2017.
- Ramos, F. A.; Kawamura, M. R. D. Representações sobre sustentabilidade: contribuições para a abordagem de questões ambientais. In: *Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências*. Florianópolis, 08 de nov., 2009.
- Sachs, W. Meio Ambiente. In: Sachs, W. (Org.). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, p. 117-131, 2000.
- Sachs, I. Repensando o crescimento econômico e o progresso social: o âmbito da política. In: Arbix, G.; Zilbovicius, M.; Abramovay, R. (Orgs.). *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: Editora Unesp; Edusp, p. 155-163, 2001.
- Sachs, I. *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- Santos, G. E. de O. *Cálculo amostral: calculadora on-line*. Disponível em: <<http://www.calculoamostral.vai.la>>. Acesso em: jan. 2014.
- São Paulo (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. *Município VerdeAzul*. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/municipioverdeazul/>>. Acesso em: jul. 2017.
- Saquet, D. B.; Saquet, M. A. Parques industriais, fluxos e redefinições do espaço urbano. In: Sposito, E.; Sposito, M. E. B.; Sobarzo, O. (Orgs.). *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, p. 87-102, 2006.
- Sen, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- Souza, J. G. de. *Camaçari, as duas faces da moeda: crescimento econômico x desenvolvimento social*. Salvador, Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Universidade Salvador, 2006.
- Spink, M. J. O estudo empírico das representações sociais. In: Spink, M. J. (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, p. 85-108, 1995.
- Sztompka, P. *A sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2. ed., 2005.
- Techio, E. M.; Gonçalves, J. P.; Costa, P. N. Representação social da sustentabilidade na construção civil. *Ambiente & Sociedade*, XIX(2), 187-206, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/asoc/v19n2/pt_1809-4422-asoc-19-02-00187.pdf
- United Nations Development Programme. *Human Development Report 1990*. Oxford: Oxford University Press, 1990. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1990/chapters/>>. Acesso em: abr. 2017.
- Ura, K.; Alkire, S.; Zangmo, T.; Wangdi, K. *An extensive analysis of GNH Index*. Thimphu, Bhutan: Centre for Bhutan Studies, 2012. Disponível em: <<http://www.grossnationalhappiness.com/wp-content/uploads/2012/10/An%20Extensive%20Analysis%20of%20GNH%20Index.pdf>>. Acesso em: abr. 2017.
- Van Bellen, H. M. Desenvolvimento Sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação. *Ambiente & Sociedade*, VII(1), 67-88, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v7n1/23537.pdf>
- Veenhoven, R. The four qualities of life. *Journal of happiness Studies*, 1, 1-39, 2000.
- Veiga, J. E. da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- Vergès, P. *Ensemble de Programmes Permettant L'Analyse des Evocations*. EVOC 2000. Manuel. Version 5. 2002. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/pos/ped/rsee/evoc.htm>>. Acesso em: jan. 2014.
- Vitte, C. C. S.; Jannuzzi, P. M.; Keinert, R. C.; Keinert, T. M. M. Novas abordagens de desenvolvimento e sua inserção na gestão de cidades. In: Keinert, T.; Karruz, A. P. (Orgs.). *Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias*. São Paulo: Annablume, p. 39-52, 2002.